

QUADRO COMPARATIVO**Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS**

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
2ª Alteração do Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS – CNPB nº 2011.0024-19 – CNPJ nº 48.307.533/0001-47 Aprovado pela Portaria PREVIC nº616, de 21/07/23 – DOU 24/07/23 Regulamento Certificado nº 2023.01 – FUNDO MAIS FUTURO	Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS CNPB nº 2011.0024-19 – CNPJ nº 48.307.533/0001-47 Regulamento Certificado nº 2023.01	
Art. 1º Este Regulamento estabelece os direitos e as obrigações dos Instituidores, dos Participantes, dos Beneficiários e do FUNDO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO, abreviadamente denominado FUNDO MAIS FUTURO, em relação ao PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS, PLANO ABEPOM PREVIDENCIA, doravante denominado PLANO.	Art. 1º Este Regulamento estabelece os direitos e as obrigações dos Instituidores, dos Participantes, dos Beneficiários e da FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL , abreviadamente denominada FUNDAÇÃO COPEL ou ENTIDADE , em relação ao PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS, PLANO ABEPOM PREVIDENCIA, doravante denominado PLANO.	Alteração da razão social da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel
§ 2º. Este Regulamento e o Estatuto do FUNDO MAIS FUTURO, em conjunto, constituem-se no instrumento válido para reger, definir e delimitar a referida matéria, desde que observada a legislação pertinente.	§ 2º. Este Regulamento e o Estatuto da ENTIDADE , em conjunto, constituem-se no instrumento válido para reger, definir e delimitar a referida matéria, desde que observada a legislação pertinente.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
Art. 3º. A inscrição do Participante no PLANO é facultativa e será feita mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pelo FUNDO MAIS FUTURO.	Art. 3º. A inscrição do Participante no PLANO é facultativa e será feita mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pela ENTIDADE .	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 2º. A inscrição do Participante será realizada mediante formalização da ficha de inscrição, acompanhada da entrega da documentação necessária exigida, e concretizada após a aprovação pelo FUNDO MAIS FUTURO.	§ 2º. A inscrição do Participante será realizada mediante formalização da ficha de inscrição, acompanhada da entrega da documentação necessária exigida, e concretizada após a aprovação pela ENTIDADE .	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 19. No requerimento da Portabilidade o Participante deve fornecer as informações previamente obtidas da Entidade de destino, bem como a concordância da Entidade de destino em recepcionar os recursos.	Art. 19.	
§ 1º. O FUNDO MAIS FUTURO encaminhará o termo de portabilidade à entidade de destino no prazo de cinco dias úteis, contados da data do protocolo do termo de opção ou do envio das informações necessárias para a confecção do termo de portabilidade.	§ 1º. A ENTIDADE encaminhará o termo de portabilidade à entidade de destino no prazo de cinco dias úteis, contados da data do protocolo do termo de opção ou do envio das informações necessárias para a confecção do termo de portabilidade.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 2º. Quando se tratar de portabilidade para entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora, o respectivo termo será entregue ao próprio participante.		

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
Art. 20. Formalizada a opção pela Portabilidade, o FUNDO MAIS FUTURO elaborará o Termo de Portabilidade conforme disposto no Artigo 28 deste regulamento.	Art. 20. Formalizada a opção pela Portabilidade, a ENTIDADE elaborará o Termo de Portabilidade conforme disposto no Artigo 28 deste regulamento.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 21. Os valores portados somente serão transacionados entre as Entidades envolvidas na operação.		
SEÇÃO III DO RESGATE		
Art. 22. O Participante poderá optar pelo Instituto do Resgate parcial ou total desde que não esteja em gozo de nenhum benefício previsto neste Regulamento.		
§1º. O pagamento do Resgate estará sujeito a um prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de inscrição neste PLANO de Benefícios, ressalvados para os casos conforme disposto nos incisos I, II e III do §2º do Artigo 23.		
§ 2º. A carência referida no parágrafo anterior será dispensada para contribuições e aportes facultativos, esporádicos ou eventuais e para valores oriundos de portabilidade de entidade fechada de previdência complementar que tenham sido constituídos em PLANOS instituídos por Instituidor.		

QUADRO COMPARATIVO**Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS**

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
Art. 23. O Resgate corresponderá ao valor do Saldo de Conta Individual na data da opção, de forma parcial, a ser exercido durante a fase contributiva ou total, por desligamento deste PLANO, observados os critérios para resgate de contribuições de Pessoa Jurídica Vinculada, conforme disposto no contrato específico, eventuais parcelas correspondentes a contribuições de patrocinador e o disposto nos incisos e parágrafos deste Artigo.	Art. 23.	
§ 1º. Os valores que compõem o Saldo de Conta Individual do participante, decorrentes das Contribuições Normais previstas no Plano de custeio, somente poderão ser resgatados em sua totalidade quando ocorrer o desligamento deste PLANO, observado o prazo de carência previsto no §1º do Artigo 22.		
§ 2º. É facultado ao Participante o resgate parcial ou total das seguintes parcelas do Saldo de Conta, a ser exercido durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento deste PLANO: I. A qualquer tempo, valores oriundos de Portabilidade, constituídos em entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar PLANO de benefícios; II. A qualquer tempo, valores de contribuições oriundos de aportes adicionais, facultativos, esporádicos ou eventuais, do Participante;		

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
<p>III. A qualquer tempo, valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em PLANOS instituídos por instituidor;</p> <p>IV. Valores oriundos de portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidade fechada de previdência complementar, desde que cumprido o prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses da data da portabilidade, sendo vedado o resgate das parcelas correspondentes às contribuições de patrocinador;</p> <p>V. Até vinte por cento dos valores oriundos das Contribuições Normais vertidas a este PLANO pelo Participante, desde que cumprido prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses da inscrição no PLANO e de 24 (vinte e quatro) meses para cada resgate parcial posterior, a contar da data do último resgate parcial efetuado.</p>		
<p>§ 3º. A opção pelo Resgate parcial deverá ser requerida pelo Participante.</p>		
<p>§ 4º. O montante referente ao Resgate será liberado no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento do requerimento pelo FUNDO MAIS FUTURO, respeitado o prazo de carência previsto no parágrafo 7º deste Artigo.</p>	<p>§ 4º. O montante referente ao Resgate será liberado no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento do requerimento pela ENTIDADE, respeitado o prazo de carência previsto no parágrafo 7º deste Artigo.</p>	<p>Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.</p>

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
§ 5º. O Resgate total terá caráter irrevogável e irretratável e seu exercício implicará no cancelamento da inscrição do Participante neste PLANO, extinguindo-se, com o seu pagamento, todo e qualquer compromisso do PLANO para com o Participante e/ou seus Beneficiários.		
§ 6º. Por opção única e exclusiva do Participante o Resgate poderá ser pago quota única, com possibilidade de diferimento em até 90 (noventa) dias ou em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pela variação da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, prevista no Artigo 54 deste Regulamento.		
§ 7º. Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por Pessoa Jurídica Vinculada neste PLANO, de que trata o Artigo 47 deste Regulamento, estas somente poderão ser resgatadas após o cumprimento de carência de 36 (trinta e seis) meses do aporte de cada contribuição efetuada, observadas eventuais condições adicionais no instrumento contratual específico da Pessoa Jurídica Vinculada com o FUNDO MAIS FUTURO.	§ 7º. Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por Pessoa Jurídica Vinculada neste PLANO, de que trata o Artigo 47 deste Regulamento, estas somente poderão ser resgatadas após o cumprimento de carência de 36 (trinta e seis) meses do aporte de cada contribuição efetuada, observadas eventuais condições adicionais no instrumento contratual específico da Pessoa Jurídica Vinculada com a ENTIDADE .	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 8º. É vedado o resgate de eventuais parcelas correspondentes a contribuições de patrocinador oriundas de recursos portados de entidade fechada de previdência complementar, de portabilidades recepcionadas a partir de 01/01/2023.		

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
§ 9º Do valor previsto neste Artigo poderão ainda ser deduzidos os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao PLANO de benefícios, inclusive valores ainda não vencidos relativos a operações com o participante.		
Art. 24. O valor do Resgate previsto no Artigo 23 deste Regulamento será convertido pelo valor da Cota Patrimonial, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, vigente na data do efetivo pagamento.		
SEÇÃO IV DO AUTOPATROCÍNIO		
Art. 25. Em caso de rompimento do vínculo associativo com o Instituidor o Participante pode manter o valor de suas contribuições regulares e/ou obrigatórias mensais e, caso existam, as contribuições vertidas por Pessoa Jurídica, através da opção pelo Instituto do Autopatrocínio.		
§ 1º - A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido, pela Portabilidade ou pelo Resgate.		
§ 2º. O Participante que optar pelo Autopatrocínio estará obrigado a contribuir mensalmente para o custeio das despesas administrativas conforme definido no Plano de Custeio Anual.		

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
§ 3º - É facultado ao Participante Autopatrocinado alterar o valor de contribuição, mediante requerimento formal.		
§ 4º - O Participante Ativo que tiver optado pelo Instituto do Autopatrocinio mantem as condições do Participante Ativo em relação a elegibilidade e Benefício de Renda Mensal ou Temporário, previstos neste Regulamento.		
<p style="text-align: center;">CAPÍTULO V</p> <p style="text-align: center;">DO EXTRATO, TERMO DE OPÇÃO E TERMO DE PORTABILIDADE</p>		
<p style="text-align: center;">SEÇÃO I</p> <p style="text-align: center;">DO EXTRATO</p>		
Art. 26. Observada a legislação aplicável, o FUNDO MAIS FUTURO fornecerá ao Participante que requerer ou que rescindir seu vínculo com o Instituidor o Extrato de desligamento para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Regulamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do requerimento ou da ciência da cessação do vínculo com o Instituidor protocolado pelo Participante perante o FUNDO MAIS FUTURO.	Art. 26. Observada a legislação aplicável, a ENTIDADE fornecerá ao Participante que requerer ou que rescindir seu vínculo com o Instituidor o Extrato de desligamento para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Regulamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do requerimento ou da ciência da cessação do vínculo com o Instituidor protocolado pelo Participante perante a ENTIDADE .	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.

QUADRO COMPARATIVO**Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS**

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
SEÇÃO II DO TERMO DE OPÇÃO		
Art. 27. No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o Artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção, física ou digitalmente, mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pelo FUNDO MAIS FUTURO.	Art. 27. No prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do extrato de que trata o Artigo anterior, o Participante deverá exercer sua opção, física ou digitalmente, mediante Termo de Opção em formulário próprio fornecido pela ENTIDADE .	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 1º. O Participante que não se definir por um dos Institutos previstos no Artigo 7º deste Regulamento, até o prazo previsto no caput deste Artigo, será considerado como tendo optado pelo Benefício Proporcional Diferido, atendidas as demais condições previstas neste Regulamento.		
§2º. O Participante poderá contestar as informações constantes do extrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e assim o prazo para opção a que se refere instituto do caput deste Artigo será suspenso até que sejam prestados os esclarecimentos pertinentes, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do protocolo da contestação.		

QUADRO COMPARATIVO**Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS**

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
SEÇÃO III DO TERMO DE PORTABILIDADE		
Art. 28. O FUNDO MAIS FUTURO emitirá o Termo de Portabilidade e encaminhará ao Participante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do protocolo do requerimento e finalizará o processo da portabilidade, incluindo a transferência dos recursos, até o 10º (décimo) dias útil, contados da data do protocolo do Termo de Opção ou da resposta da contestação ao participante, se houver.	Art. 28. A ENTIDADE emitirá o Termo de Portabilidade e encaminhará ao Participante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do protocolo do requerimento e finalizará o processo da portabilidade, incluindo a transferência dos recursos, até o 10º (décimo) dias útil, contados da data do protocolo do Termo de Opção ou da resposta da contestação ao participante, se houver.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
CAPÍTULO VI DO PLANO DE BENEFÍCIOS		
SEÇÃO I DOS BENEFÍCIOS		
Art. 29. São benefícios instituídos por este PLANO: I. Benefício de Renda Mensal; II. Benefício Temporário.		
SEÇÃO II DO BENEFÍCIO DE RENDA MENSAL		

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
Art.30. (...) § 1º. O participante que tiver invalidez permanente reconhecida pela Previdência Social ou por médico indicado pelo FUNDO MAIS FUTURO poderá requerer o Benefício de Renda Mensal prevista no caput, independentemente da idade e do tempo de filiação ao PLANO.	Art. 30. (...) § 1º. O participante que tiver invalidez permanente reconhecida pela Previdência Social ou por médico indicado pela ENTIDADE poderá requerer o Benefício de Renda Mensal prevista no caput, independentemente da idade e do tempo de filiação ao PLANO.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 40. (...)	Art. 40. (...)	
§ 1º. As coberturas do Seguro de Renda para compor o Benefício de Renda Mensal por Invalidez de Participante Ativo e por Morte de Participante Ativo e Assistido referida no caput, assim como o recolhimento das respectivas contribuições, ficam condicionadas à existência de contrato válido entre o FUNDO MAIS FUTURO e Sociedade Seguradora, bem como à aceitação do Participante ou Assistido na qualidade de segurado quanto à respectiva cobertura.	§ 1º. As coberturas do Seguro de Renda para compor o Benefício de Renda Mensal por Invalidez de Participante Ativo e por Morte de Participante Ativo e Assistido referida no caput, assim como o recolhimento das respectivas contribuições, ficam condicionadas à existência de contrato válido entre a ENTIDADE e a Sociedade Seguradora, bem como à aceitação do Participante ou Assistido na qualidade de segurado quanto à respectiva cobertura.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 2º. O custeio da cobertura por sobrevivência prevista no caput deste artigo, consistirá no repasse pelo FUNDO MAIS FUTURO à Sociedade Seguradora, na data de concessão do Benefício de Renda Mensal, de parcela do Saldo de Conta do Participante, em valor correspondente à cobertura securitária contratada pelo Participante.	§ 2º. O custeio da cobertura por sobrevivência prevista no caput deste artigo, consistirá no repasse pela ENTIDADE à Sociedade Seguradora, na data de concessão do Benefício de Renda Mensal, de parcela do Saldo de Conta do Participante, em valor correspondente à cobertura securitária contratada pelo Participante.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
§ 3º. As indenizações recebidas pelo FUNDO MAIS FUTURO da Sociedade Seguradora em decorrência da cobertura por sobrevivência prevista no caput deste artigo, serão convertidas em renda mensal nas condições pactuadas com a Sociedade Seguradora, estando a responsabilidade do FUNDO MAIS FUTURO limitada ao valor da indenização recebida relacionada a cada Assistido que aderiu ao seguro.	§ 3º. As indenizações recebidas pela ENTIDADE da Sociedade Seguradora em decorrência da cobertura por sobrevivência prevista no caput deste artigo, serão convertidas em renda mensal nas condições pactuadas com a Sociedade Seguradora, estando a responsabilidade da ENTIDADE limitada ao valor da indenização recebida relacionada a cada Assistido que aderiu ao seguro.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 41. Para fins de garantia do valor adicional do Seguro de Renda, o FUNDO MAIS FUTURO firmará convênio com uma Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no País, na condição de representante legal dos Participantes e/ou de seus Beneficiários, assumindo como contratante ou estipulante do capital segurado.	Art. 41. Para fins de garantia do valor adicional do Seguro de Renda, a ENTIDADE firmará convênio com uma Sociedade Seguradora autorizada a funcionar no País, na condição de representante legal dos Participantes e/ou de seus Beneficiários, assumindo como contratante ou estipulante do capital segurado.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 2º. Em caso da ocorrência dos eventos de Invalidez ou Morte de Participante Ativo, o valor do Seguro de Renda (SR) será repassado pela Sociedade Seguradora conveniada ao FUNDO MAIS FUTURO, dando plena e restrita quitação, que creditará o valor no Saldo de Conta do respectivo Participante e/ou de seus Beneficiários, no PLANO.	§ 2º. Em caso da ocorrência dos eventos de Invalidez ou Morte de Participante Ativo, o valor do Seguro de Renda (SR) será repassado pela Sociedade Seguradora conveniada à ENTIDADE , dando plena e restrita quitação, que creditará o valor no Saldo de Conta do respectivo Participante e/ou de seus Beneficiários, no PLANO.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
§ 3º. A contribuição estabelecida pela Sociedade Seguradora, destinada ao custeio do Seguro de Renda por Morte e por Invalidez, conforme estabelecido no caput deste Artigo, será paga pelo Participante ou por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO MAIS FUTURO, que repassará mensalmente à Sociedade Seguradora conveniada para quitação da contribuição, mantendo controle dos respectivos valores nas informações cadastrais do Participante.	§ 3º. A contribuição estabelecida pela Sociedade Seguradora, destinada ao custeio do Seguro de Renda por Morte e por Invalidez, conforme estabelecido no caput deste Artigo, será paga pelo Participante ou por Pessoa Jurídica Vinculada à ENTIDADE , que repassará mensalmente à Sociedade Seguradora conveniada para quitação da contribuição, mantendo controle dos respectivos valores nas informações cadastrais do Participante.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 45. A Contribuição Normal, de caráter mensal, será de valor livremente escolhido pelo Participante, mediante opção formal ao FUNDO MAIS FUTURO, em formulário próprio.	Art. 45. A Contribuição Normal, de caráter mensal, será de valor livremente escolhido pelo Participante, mediante opção formal à ENTIDADE , em formulário próprio.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 1º. A Contribuição Normal e/ou Contribuição de Risco para compor o Seguro de Renda previsto no Artigo 40 deste Regulamento, vertida por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO MAIS FUTURO, em nome de Participante do PLANO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.	§ 1º. A Contribuição Normal e/ou Contribuição de Risco para compor o Seguro de Renda previsto no Artigo 40 deste Regulamento, vertida por Pessoa Jurídica Vinculada à ENTIDADE , em nome de Participante do PLANO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 47. (...)	Art. 47. (...)	
Parágrafo Único. A Contribuição Adicional vertida por Pessoa Jurídica Vinculada ao FUNDO MAIS FUTURO, em nome de Participante do PLANO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.	Parágrafo Único. A Contribuição Adicional vertida por Pessoa Jurídica Vinculada à ENTIDADE , em nome de Participante do PLANO, será realizada conforme instrumento contratual específico, celebrado entre as partes.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
		pela Fundação Copel.
Art. 50. (...)	Art. 50. (...)	
§ 1º A Taxa de Carregamento para o custeio das despesas administrativas, se instituída, incidirá sobre a contribuição Normal e Adicional de Participante e sobre o valor da renda mensal percebida pelo Assistido, cujos percentuais serão definidos anualmente no Plano de Custeio e aprovados pelo órgão estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.	§ 1º A Taxa de Carregamento para o custeio das despesas administrativas, se instituída, incidirá sobre a contribuição Normal e Adicional de Participante e sobre o valor da renda mensal percebida pelo Assistido, cujos percentuais serão definidos anualmente no Plano de Custeio e aprovados pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE , observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 2º A Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, se instituída, corresponderá a um percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PLANO, cujos percentuais serão definidos anualmente no Plano de Custeio e aprovados pelo órgão estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.	§ 2º A Taxa de Administração para o custeio das despesas administrativas, se instituída, corresponderá a um percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PLANO, cujos percentuais serão definidos anualmente no Plano de Custeio e aprovados pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE , observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 3º. É facultado o pagamento de parte das despesas administrativas para Participante do PLANO por Pessoa Jurídica Vinculada, desde que esta mantenha instrumento contratual específico com o FUNDO MAIS FUTURO, celebrado entre as partes.	§ 3º. É facultado o pagamento de parte das despesas administrativas para Participante do PLANO por Pessoa Jurídica Vinculada, desde que esta mantenha instrumento contratual específico com a ENTIDADE , celebrado entre as partes.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
§ 4º Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo órgão estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO deverão ser amplamente divulgados aos Participantes, Assistidos e terceiros, por meio dos veículos usualmente utilizados pelo FUNDO MAIS FUTURO, notadamente por meios eletrônicos.	§ 4º Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE deverão ser amplamente divulgados aos Participantes, Assistidos e terceiros, por meio dos veículos usualmente utilizados pela ENTIDADE , notadamente por meios eletrônicos.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 54. (...)	Art. 54. (...)	
§ 2º. A Cota Patrimonial do mês corresponde àquela apurada no último dia útil do mês anterior e a Cota Patrimonial diária corresponde àquela apurada no dia útil anterior, cujo tipo da cotização, mensal ou diária, será aprovado pelo órgão estatutário competente do FUNDO MAIS FUTURO.	§ 2º. A Cota Patrimonial do mês corresponde àquela apurada no último dia útil do mês anterior e a Cota Patrimonial diária corresponde àquela apurada no dia útil anterior, cujo tipo da cotização, mensal ou diária, será aprovado pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE .	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 55. O Participante ou Assistido do PLANO poderá, a seu exclusivo critério e responsabilidade, optar por um dos perfis de investimentos previamente definidos pelo FUNDO MAIS FUTURO, para a gestão do total dos recursos do Saldo de Conta, de acordo com o disposto na Política de Investimentos.	Art. 55. O Participante ou Assistido do PLANO poderá, a seu exclusivo critério e responsabilidade, optar por um dos perfis de investimentos previamente definidos pela ENTIDADE , para a gestão do total dos recursos do Saldo de Conta, de acordo com o disposto na Política de Investimentos.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 1º. A composição de cada Perfil de Investimento será definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo do FUNDO MAIS FUTURO, observados os limites estabelecidos pela legislação aplicável.	§ 1º. A composição de cada Perfil de Investimento será definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da ENTIDADE , observados os limites estabelecidos pela legislação aplicável.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
§ 3º. A opção pelo perfil de investimentos será efetivada pelo Participante ou Assistido, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, mediante assinatura dos formulários próprios disponibilizados pelo FUNDO MAIS FUTURO para tal finalidade, no momento da adesão ou a qualquer tempo, de acordo com o disposto na Política de Investimentos, que contém as condições inerentes ao perfil de investimento escolhido.	§ 3º. A opção pelo perfil de investimentos será efetivada pelo Participante ou Assistido, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, mediante assinatura dos formulários próprios disponibilizados pela ENTIDADE para tal finalidade, no momento da adesão ou a qualquer tempo, de acordo com o disposto na Política de Investimentos, que contém as condições inerentes ao perfil de investimento escolhido.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
§ 4º. A não formalização da opção pelo Participante, referida no parágrafo anterior deste Artigo, implicará na automática autorização para que os recursos sejam investidos de acordo com o projeto estabelecido pelo FUNDO MAIS FUTURO, denominado de “Projeto Fases da Vida”, que conterá Perfis de Investimentos definidos de acordo com as faixas de idade, conforme estabelecido na Política de Investimentos.	§ 4º. A não formalização da opção pelo Participante, referida no parágrafo anterior deste Artigo, implicará na automática autorização para que os recursos sejam investidos de acordo com o projeto estabelecido pela ENTIDADE , denominado de “Projeto Fases da Vida”, que conterá Perfis de Investimentos definidos de acordo com as faixas de idade, conforme estabelecido na Política de Investimentos.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 56. Para o custeio e pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento, os recursos garantidores serão apropriados no Saldo de Conta garantidor dos benefícios do PLANO, convertidos pela Cota Patrimonial correspondente, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, na data efetiva do pagamento, formada: I. Subconta formada por Contribuição Normal e Adicional do Participante; II. Subconta formada por Contribuição Normal e Adicional de Pessoa Jurídica Vinculada que mantenha contrato específico com o FUNDO MAIS FUTURO;	Art. 56. Para o custeio e pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento, os recursos garantidores serão apropriados no Saldo de Conta garantidor dos benefícios do PLANO, convertidos pela Cota Patrimonial correspondente, de acordo com o Perfil de Investimentos escolhido pelo Participante, na data efetiva do pagamento, formada: I. Subconta formada por Contribuição Normal e Adicional do Participante;	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
<p>III. Subconta formada por recursos Portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Privada Complementar Aberta ou Sociedade Seguradora;</p> <p>IV. Subconta formada por recursos Portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Privada Complementar Fechada;</p> <p>V. Fundo de Reversão de Pessoa Jurídica, formada com os recursos da Pessoa Jurídica Vinculada não resgatados pelo participante em virtude de desligamento, quando previsto em contrato específico, onde serão mantidos histórico e respectiva movimentação; e</p> <p>VI. Fundo de Reversão por Morte participante ou beneficiários e inexistência de Beneficiário Indicado, Legal ou Herdeiro, formado pelo Saldo de Conta remanescente e, se não requerido no prazo de 5 (cinco) anos, poderá ser utilizado em benefício dos demais Participantes.</p>	<p>II. Subconta formada por Contribuição Normal e Adicional de Pessoa Jurídica Vinculada que mantenha contrato específico com a ENTIDADE;</p> <p>III. Subconta formada por recursos Portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Privada Complementar Aberta ou Sociedade Seguradora;</p> <p>IV. Subconta formada por recursos Portados de outros Planos de Benefícios de Previdência Privada Complementar Fechada;</p> <p>V. Fundo de Reversão de Pessoa Jurídica, formada com os recursos da Pessoa Jurídica Vinculada não resgatados pelo participante em virtude de desligamento, quando previsto em contrato específico, onde serão mantidos histórico e respectiva movimentação; e</p> <p>VI. Fundo de Reversão por Morte participante ou beneficiários e inexistência de Beneficiário Indicado, Legal ou Herdeiro, formado pelo Saldo de Conta remanescente e, se não requerido no prazo de 5 (cinco) anos, poderá ser utilizado em benefício dos demais Participantes.</p>	
<p>Art. 58. As contribuições, dotações e demais receitas serão recolhidas em moeda corrente nacional, sendo o respectivo patrimônio investido de acordo com a política de investimentos dos recursos garantidores do PLANO, definida pelo FUNDO MAIS FUTURO e o disposto na legislação vigente.</p>	<p>Art. 58. As contribuições, dotações e demais receitas serão recolhidas em moeda corrente nacional, sendo o respectivo patrimônio investido de acordo com a política de investimentos dos recursos garantidores do PLANO, definida pela ENTIDADE e o disposto na legislação vigente.</p>	<p>Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação</p>

QUADRO COMPARATIVO**Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS**

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
		pela Fundação Copel.
Art. 64. Verificado erro no valor de pagamento de benefício, o FUNDO MAIS FUTURO fará a devida revisão, pagando ou reavendo o que lhe couber, podendo, no último caso, reter, em prestações subsequentes, no máximo 30% (trinta por cento) do valor mensal do benefício devido, até completar a compensação.	Art. 64. Verificado erro no valor de pagamento de benefício, a ENTIDADE fará a devida revisão, pagando ou reavendo o que lhe couber, podendo, no último caso, reter, em prestações subsequentes, no máximo 30% (trinta por cento) do valor mensal do benefício devido, até completar a compensação.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 65. Os recursos deste PLANO serão pagos pelo FUNDO MAIS FUTURO através de crédito em conta de titularidade do Participante, Assistido ou Beneficiário.	Art. 65. Os recursos deste PLANO serão pagos pela ENTIDADE através de crédito em conta de titularidade do Participante, Assistido ou Beneficiário.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 66. Nenhum benefício ou direito a benefício poderá ser transferido, cedido, penhorado ou dado em garantia.		
Art. 69. O FUNDO MAIS FUTURO fornecerá, anualmente, a cada Participante ou Beneficiário, extrato registrando as movimentações financeiras ocorridas no período e o Saldo de Conta do Participante.	Art. 69. A ENTIDADE fornecerá, anualmente, a cada Participante ou Beneficiário, extrato registrando as movimentações financeiras ocorridas no período e o Saldo de Conta do Participante.	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação pela Fundação Copel.
Art. 70. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo do FUNDO MAIS FUTURO, observada a legislação vigente, em especial a legislação que rege as Entidades Fechadas de	Art. 70. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo da ENTIDADE , observada a legislação vigente, em especial a legislação que rege as	Ajustada a denominação da entidade em razão do processo de incorporação

QUADRO COMPARATIVO

Regulamento do Plano ABEPOM PREVIDÊNCIA PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DOS MILITARES ESTADUAIS

REDAÇÃO VIGENTE	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
Previdência Complementar, bem como os princípios gerais de direito.	Entidades Fechadas de Previdência Complementar, bem como os princípios gerais de direito.	pela Fundação Copel.